

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.104 - MG (2018/0231766-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : HENRIQUE FRADE CANDIDO
ADVOGADOS : MARCELLE MIRANDA DA SILVA - MG106940
ADERVAL BRITO DA CRUZ - MG033993
ALICE ALVES LIMA - MG145240
FLAVIA ADRIANA FERREIRA DE AZEVEDO - MG149804
GABRIELA TRAJANO GRANHA - MG157612
JOAO VITOR FONSECA CORREA SILVA - MG153675
MARIA LAIS ALMEIDA BRAGA - MG175639
AGRAVADO : BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS : LANDULFO DE OLIVEIRA FERREIRA JUNIOR -
MG054418
ANTÔNIO CHAVES ABDALLA - MG066493
AMANDA CAROLINA LUZIA SOARES - MG093860
DANIEL SOARES DA SILVA - MG141324
PRISCILA OLIVEIRA MORAIS - MG156524
BRUNA MOREIRA REIS - MG173107
GLEICIANE LUIZA DA SILVA - MG153450

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO EMITIDA PELO TRIBUNAL A QUO SUFICIENTE. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. ALEGADO DEVER DE INDENIZAR. EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES PRETÉRITAS. DANO MORAL INEXISTENTE. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 07 STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc

Trata-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TROCA DE E-MAILS OFENSIVOS. NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA CITRA PETITA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO PEDIDO DE APLICAÇÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ FORMULADO PELO

AUTOR. APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 3º, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO IMEDIATO DA QUESTÃO.

DANOS MORAIS NÃO COMPROVADOS. AGRESSÕES VERBAIS PROFERIDAS POR E-MAIL. RECIPROCIDADE DAS OFENSAS. PEDIDO INDENIZATÓRIO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

APLICAÇÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. ART. 80, II, DO CPC/2015. APRESENTAÇÃO DE ATA NOTARIAL COM CONTEÚDO FALSO. DOCUMENTO PÚBLICO PRODUZIDO COM BASE EM INFORMAÇÕES CONSTANTES NO NOTEBOOK DO DEMANDANTE.

ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/15.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

Nas razões do recurso especial, às fls. 137-143, e-STJ, o recorrente alega, além do dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 535, do CPC/1973, artigo 6º, inciso VI, artigos 14 e 17 do CDC e artigos 186 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que deve ser indenizado em razão da inclusão indevida do seu nome no cadastro de inadimplentes.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 269-278, e-STJ, que inadmitiu o recurso especial por considerar que incidem ao caso os óbices das Súmula nº 7 e 83/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, às fls. 171-175, e-STJ, a parte agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Esclareço, que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/1973 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. (cf. Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Inicialmente, em relação à suposta violação ao artigo 535 do CPC/1973,

ao argumento de que o acórdão foi contraditório, porquanto reconheceu a ilicitude da inclusão indevida ao cadastro de inadimplentes e mesmo assim negou o pedido de indenização, omissão quanto à alegação de que haviam diversas inscrições indevidas do nome do recorrente e, em razão de serem indevidas, não deveria ser afastada a indenização por danos morais, além disso, omissão no que tange ao pedido de inversão do ônus da prova. O Tribunal de origem assim se manifestou:

"Quanto ao documento de fl. 40, refere-se ao andamento processual de ação ajuizada em face de um dos promoventes das demais restrições, deixando o Embargante de instruir o feito com as provas inerentes a afirmação de que as demais ocorrências foram indevidas.

Entende ainda o Embargante que, o julgado embargado é contraditório, pois reconheceu a ilicitude da negativação, contudo, julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais.

Neste aspecto, conforme constou do acórdão:

"(...) deve apenas o débito ser declarado inexistente se este não restou comprovado; não cabendo, no entanto, os danos morais pretendidos, conforme bem exposto pelo Magistrado primevo. (...)

Esse é o entendimento que se extrai do enunciado da Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:" (e-STJ, fl. 133).

Verifica-se que não há qualquer omissão ou contradição no acórdão embargado, uma vez que a matéria que seria capaz de infirmar as conclusões adotadas pelo Tribunal foi devidamente enfrentada.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. SÚMULA N. 284/STF. ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL DO DÉBITO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 182/STJ. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. COBRANÇA INDEVIDA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REPETIÇÃO DE

VALORES. DESCABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando a Corte local pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em princípio, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo. O fato de o Tribunal de origem não ter adotado a tese defendida pela parte recorrente não configura negativa de prestação jurisdicional.

[...]

(AgInt no AREsp 1051766/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 05/04/2019, grifei).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS ADVINDOS DE DEFEITOS ESTRUTURAIS EM RESIDÊNCIA OBJETO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO.

1. Não há violação aos arts. 458 e 535 do CPC/73 quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

[...]

(AgInt no REsp 1640418/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/04/2019, DJe 25/04/2019, grifei).

No que tange ao dever de indenizar em razão do suposto dano moral em virtude dos atos ilícitos praticados pela recorrida, razão não lhe assiste.

O Tribunal de origem conclui que:

Embora o apelante tenha dito em razões de apelação que as outras restrições em seu nome são indevidas, não trouxe qualquer prova nos autos nesse sentido, apenas agora, nas razões do recurso, alega que os débitos são indevidos e que teriam sido objeto de outra ação, tratando-se de patente inovação recursal. Com tal premissa, não havendo nos autos provas de que as outras anotações no nome do apelante são decorrentes de débitos indevidos, é forçoso reconhecer a condição de devedor contumaz, sendo assim, o apontamento efetuado pela apelada não aumenta o descrédito contra a pessoa do apelante perante terceiros e nem lhe lesa a honra, não cabendo a indenização por danos morais.

Nestes termos, não há que se falar que o apelante sofreu dano moral por não conseguir realizar negócio em face da negativação objeto da presente ação, pois já tinha restrições anteriores que o impediriam da mesma forma de realizar qualquer negócio. (e-STJ, fl. 113).

Destarte, o Tribunal de origem consignou que não há provas de que as outras inscrições do nome do recorrente são indevidas, elidir tais conclusões esbarra no óbice da Súmula 07 deste Tribunal, outrossim, não cabe danos morais quando há inscrições pretéritas, conforme dispõe a Súmula 385/STJ, *in verbis*:

Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO ORDENADA PELO CREDOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. PREEXISTÊNCIA DE LEGÍTIMAS INSCRIÇÕES, AFIRMADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 385/STJ. DESCABIMENTO DE INDENIZAÇÃO. PRECEDENTE FIRMADO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

3. A revisão das conclusões estaduais, acerca de serem legítimas as inscrições anteriores demandaria, necessariamente, o reexame de fatos e provas, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

[...]

(AgInt no AREsp 1062433/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 22/08/2017, grifei).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

[...]

3. Avaliar a justeza ou regularidade das inscrições anteriores no cadastro de inadimplentes demandaria revolvimento de matéria fático-probatória, o que torna manifestamente inadmissível o recurso especial ante o óbice da súmula 7/STJ.

[...]

(AgInt no AREsp 1058050/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 07/03/2018, grifei).

Assim sendo, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Advirto que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º).

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator